

Minas e o debate ambiental

NELSON MISSIAS DE MORAIS

Desembargador e presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais



recente realização, em Araxá, do 3º Congresso Brasileiro da Magistratura e do Ministério Público para o Meio Ambiente trouxe à tona, mais uma vez, o debate sobre o papel do Poder Judiciário na proteção ambiental, sob a perspectiva

de sua missão garantidora. O momento é oportuno, pois o debate sobre a proteção ambiental no Brasil parece ter retroagido a patamar que esperávamos já estivesse superado, pelo enfoque enviesado que está tomando.

A consciência ambientalista brasileira – não confundir “consciência” com “movimento” – há muito tempo já havia se convencido de que “não existe mais de um planeta Terra” e se não nos preocuparmos com a preservação deste em que vivemos, fatalmente estaremos condenados à extinção, a exemplo de espécies que deixaram de existir há milhares de anos. Da mesma forma que não podemos escolher outro mundo, também não podemos esperar outros milhares de anos para decidir como queremos viver e que futuro queremos deixar para nossos descendentes. As decisões têm que ser tomadas agora.

Diante desta realidade, não é razoável admitir que o debate recue décadas, ao tempo em que o conhecimento científico sobre a temática ambiental era ainda incipiente, para privilegiar a contestação de dados científicos irrefutáveis, em nome de teorias conspiratórias de grandes potências. Ora, o Brasil – até prova em contrário – é um país suficientemente maduro para decidir por si mesmo como quer proteger seu território e não precisa temer pseudoinvasões ideológicas contra sua soberania. Esse debate é extemporâneo e prejudicial à tomada de decisões efetivas no caminho da preservação de boas condições de vida para nós mesmos, nossos filhos, nossos netos, bisnetos, en-

fim, todas as nossas gerações futuras.

Diante disso, é essencial que os debates nos conduzam a ações políticas e de cidadania que aumentem a consciência social a respeito da imprescindibilidade de estabelecermos modos de vivência e de convivência que levem em conta a sustentabilidade do planeta, como um todo, e da preservação dos elementos indispensáveis à vida. O Brasil, em particular, tem enorme responsabilidade sobre isso, pela sua natureza exuberante, e não podemos nos descuidar dessa responsabilidade.

O Poder Judiciário, por todos os seus atores, teve presença marcante no referido congresso e sabe que, talvez, tenha responsabilidades maiores que outros segmentos sociais, pela sua capacidade moderadora e pela prestação jurisdicional, capazes de evitar danos desnecessários e exagerados ao patrimônio natural.

Minas Gerais, particularmente por ter sido vítima dos dois maiores desastres ambientais da recente história brasileira, tem por obrigação participar ativamente desse debate, para que os erros e acertos cometidos em Mariana e Brumadinho nos sirvam de base empírica e teórica para não repetirmos os primeiros e aperfeiçoarmos os segundos.

Nosso sofrimento pelas vítimas e pela degradação ambiental nos dois casos extrapolou as fronteiras mineiras e causou danos ao país inteiro. Da mesma forma, a vitimização humana e a degradação na Amazônia ou em qualquer outra de nossas regiões será potencialmente danosa não apenas aos brasileiros, mas a toda a humanidade.

Não é razoável admitir que o debate recue décadas, ao tempo em que o conhecimento científico sobre a temática ambiental era ainda incipiente

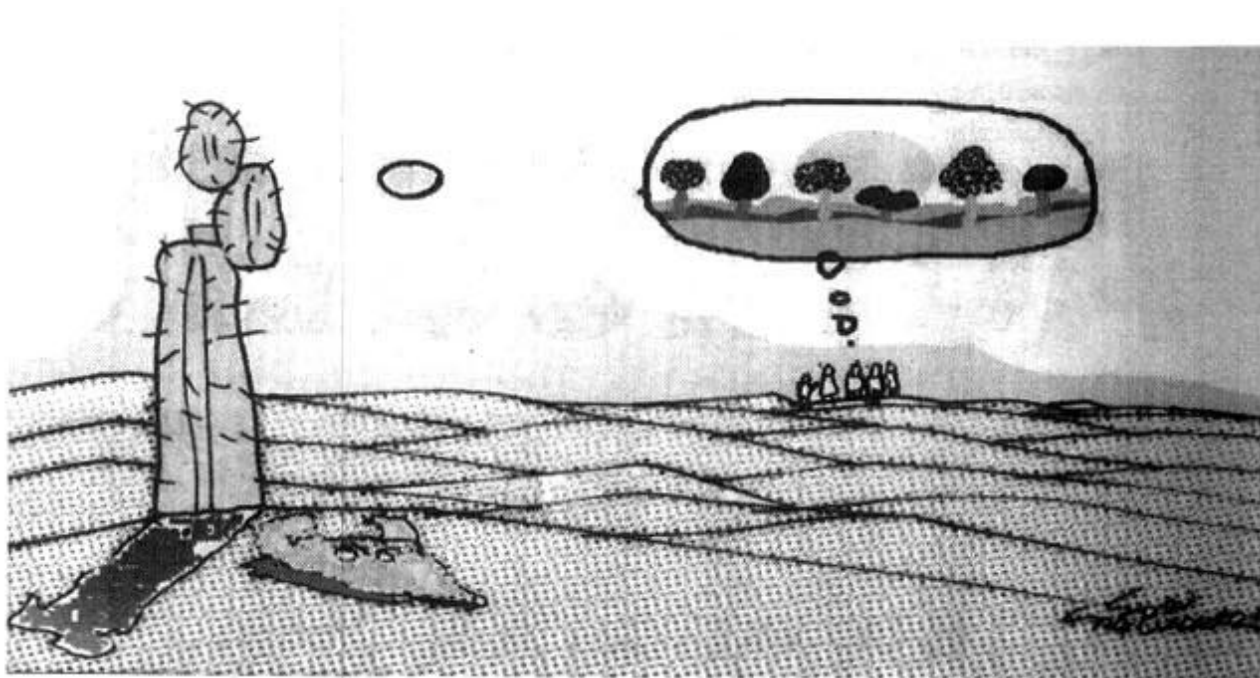
Estado de Minas

Título: Nelson Missias de Moraes - Minas e o debate ambiental

Editoria: Opinião

Assunto: Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Publicado: 19-08-2019



Trump não é inimigo da imigração

José Vinícius Bicalho Costa Jr.
Sócio fundador do Bicalho Consultoria Legal, mestre em direito no Brasil e nos EUA

Moro nos Estados Unidos e compreendo que seja sempre muito difícil ter um posicionamento sobre os assuntos que envolvam Donald Trump. Além de ele ser uma figura pública que divide opiniões, seus modos e comportamentos – muitas vezes agressivos – elevam a temperatura das discussões, fazendo com que as análises isentas passem a milhas de distância. No entanto, gostaria de tentar explicar quais são os reais planos do presidente norte-americano com a reforma migratória.

Primeiramente, com exceção do último ano do governo Barack Obama, em 2016, foi nos anos de administração Trump que mais se emitiram vistos para os EUA, de acordo com informações divulgadas pelo Gabinete de Assuntos Exteriores do país (Travel.State.Gov). Ou seja, a imagem de que ele é inimigo dos imigrantes não condiz com os dados estatísticos que agregam valor profissional e econômico para a América, e combater-gov rigor a imigração legal.

Trump valoriza vistos de imigrantes voltados para profissionais de destaque em suas áreas

Enquanto na gestão de Obama o documento Residência Permanente Legal nos Estados Unidos (Green Card) era expedido, principalmente, com base na relação familiar para aqueles que tivessem grau de parentesco com cidadãos americanos, Trump valoriza vistos de imigrantes voltados para profissionais de destaque em suas áreas, a fim de preencher lacunas no mercado de trabalho, no de empreendedorismo e no de investimentos. Em suma, são pessoas com formação superior, empresariais e profissionais dos esportes e artes, que buscam empreender nos Estados Unidos e revalidar o diploma.

Em junho, Donald Trump comunicou que os Estados Unidos se preparavam para deportar um milhão de pessoas ilegais da América, gerando um sentimento de insegurança nos imigrantes. Nós damos suporte e auxílio para os brasileiros que querem viver no exterior e para empresas e empresários que pretendem se internacionalizar, por meio de planejamento sob ótica tributária, com regras que devem ser aplicadas. A nossa intenção é, justamente, evitar que as pessoas que nos procuram passem por esse tipo de situação.

Para se ter uma ideia, atualmente mais de 50% dos processos em que estamos trabalhando são para especialistas com carreiras brilhantes que querem seguir a atividade no exterior. Isso significa que a crise política e econômica por que o Brasil está passando está retirando do país profissionais com alto nível intelectual.

O grande conselho para os que desejam se mudar do Brasil é para se organizarem antes de viajar. Às vezes, as pessoas vão para os Estados Unidos com uma expectativa de as coisas acontecerem muito rápido, mas precisam estar preparadas para encarar de tudo por aqui: apesar de termos a maior economia do mundo, todos os profissionais e negócios precisam de tempo de maturação para encontrar o tão desejado ponto de equilíbrio.

Nelson Missias de Moraes

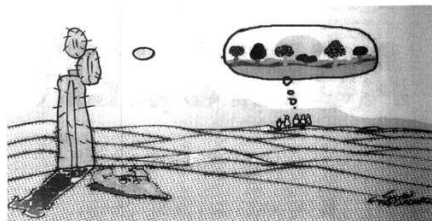
Desembargador e presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais

A recente realização em Araxá, do 3º Congresso Brasileiro da Magistratura e do Ministério Público para o Meio Ambiente trouxe à tona, mais uma vez, o debate sobre o papel do Poder Judiciário na proteção ambiental, sob a perspectiva de sua missão garantidora. O momento é oportuno, pois o debate sobre a proteção ambiental no Brasil parece ter retrocedido a patamar que esperávamos já estivesse superado, pelo enfoque enviesado que está tomando.

A consciência ambientalista brasileira – não confundir "consciência" com "movimento" – há muito tempo já havia se convencido de que "não existe mais de um planeta Terra" e se não nos preocuparmos com a preservação deste em que vivemos, fatalmente estaremos condenados à extinção, a exemplo de espécies que deixaram de existir há milhares de anos. Da mesma forma que não podemos escolher outro mundo, também não podemos esperar outros milhares de anos para decidir como queremos viver e que futuro queremos deixar para nossos descendentes. As decisões têm que ser tomadas agora.

Diante desta realidade, não é razoável admitir que o debate recue décadas, ao tempo em que o conhecimento científico sobre a temática ambiental era ainda incipiente, para privilegiar a constatação de dados científicos irrefutáveis em nome de teorias conspiratórias de grandes potências. Ora, o Brasil – até prova em contrário – é um país suficientemente maduro para decidir por si mesmo como quer proteger seu território e não precisa temer pseudoinfluências ideológicas contra sua soberania. Esse debate é contemporâneo e prejudicial à tomada de decisões efetivas no caminho da preservação de boas condições de vida para nós mesmos, nossos filhos, nossos netos, bisnetos, en-

Minas e o debate ambiental



Não é razoável admitir que o debate recue décadas, ao tempo em que o conhecimento científico sobre a temática ambiental era ainda incipiente

fim, todas as nossas gerações futuras.

Diante disso, é essencial que os debates nos conduzam a ações políticas e de cidadania que aumentem a consciência social a respeito da imprevisibilidade de estabelecimentos modos de vivência e de convivência que levem em conta a sustentabilidade do planeta, como um todo, e da preservação dos elementos indispensáveis à vida. O Brasil, em parti-

cular, tem enorme responsabilidade sobre isso, pela sua natureza exuberante, e não podemos nos descurar dessa responsabilidade.

O Poder Judiciário, por todos os seus atores, tem presença marcante no referido congresso e sabe que, talvez, tenha responsabilidades maiores que outros segmentos sociais, pela sua capacidade moderadora e pela prestação jurisdicional, capazes de evitar danos desnecessários e exagerados ao patrimônio natural.

Minas Gerais, particularmente por ter sido vítima dos dois maiores desastres ambientais da recente história brasileira, tem por obrigação participar ativamente desse debate, para que os erros e acertos cometidos em Mariana e Brumadinho nos sirvam de base empírica teórica para não repetirmos os primeiros e perfeccionismo os segundos.

Nosso sofrimento pelas vítimas e pela degradação ambiental nos dois casos extrapolou as fronteiras mineiras e causou danos ao país inteiro. Da mesma forma, a vitimização humana e a degradação na Amazônia ou em qualquer outra de nossas regiões será potencialmente danosa não apenas aos brasileiros, mas a toda a humanidade.

Tudo curto, semana, textos. Oba, oba!

Fábio P. Dorzi

Da Academia Mineira de Letras, jornalista

Em uma semana curta, notas e comentários curtos também. Afinal, com tantos feriados, adotamos, no Brasil, o conceito de trabalho mais pobreza? É imprudentemente, quase todos comemoraram: oba, mais um dia de folga, mais um fim de semana sem fazer nada!

Vamos às curtas metragens, digo, mensagens. Os hospitais públicos, os que atendem os menos ricos, alguns até, continuam com suas enormes filas de espera, com corredores tomados por multidão de enfermos em busca de tratamento. Crianças, idosos, deficientes sofrendo as dores físicas e o desespero deles e das famílias que os levam para ser socorridos, não serão atendidos, ou atendidos quatro, cinco, seis horas depois de chegar. Faltam médicos, faltam enfermeiras, faltam ambulâncias, já que quartos e apartamentos que os acolham seria exigir demais, dizem os (ir)responsáveis pela situação caótica.

Por que os grandes hospitais, que tanto faturam, não se unem e criam curso de enfermagem que prepare e forme, com a competência necessária, o pessoal, a mão de obra hoje tão em falta? Uma vez, ouvimos de um médico amigo a advertência: "Se interne seus filhos (eram crianças), em hospitais, em caso de extrema gravidade". Rachel perguntou: "Por quê?". Ele explicou que, por falta de formação profissional, as enfermeiras "são domésticas com jalecos".

A desculpa dos governantes: faltam recursos. O que fazer, então, senão dos três poderes que Montesquieu inventou? Eles não sabem mais dos vantagens que inventaram, aprovaram, dos gordíssimos salários, penduricalhos milionários, moralmente condenáveis, incluídos em seus contracheques. Enquanto isso, faltam verbas para a saúde, para pagar salários dignos aos médicos, enfermeiros, para comprar medicamentos, para acabar com as fi-

las, construir novos ambulatórios. O povo paga a conta, e sofre!

Na segurança, a mesma desculpa: falta verba para pessoal e para presídios. A violência torna-se, via impunidade, cada vez mais assustadora. Bandos assaltam, matam, e desaparecem misteriosamente. "Ninguém foi preso" é a frase que ouvimos no final de um relato policial televisivo. Um incentivo para que mais bandidos e bandidagens surtam todos os dias.

A verba, que tanta falta faz, foi torrada (R\$ 28 milhões) por Dilma e Pimentel em um Memorial da Anistia (70) em BH. Queriam, para terminá-la, mais R\$ 2 milhões! A Ministra Damares Alves, de Direitos Humanos, veio ver e se espantou com o absurdo. O memorial não será concluído. Muito bem, ministros!

Mais violência: mulher afoga, mata criança de seis anos e joga o corpo pela janela. Presa no ato, confessa que agiu para se vingar da mãe da criança, uma vizinha que a teria denunciado ao Conselho Tutelar. Esta presa, até ser solta por excesso de prazo ou qualquer coisa parecida, por decisão de um juiz inerte, desperdiça. Em um país civilizado onde a justiça funciona, onde as leis são rigorosas e obedecidas, a assassina covarde iria cumprir prisão perpétua, ou condenada à morte.

Nosso Judiciário, o STF comprova, é lento, ignora os preceitos mínimos necessários à segurança e a manutenção da ordem, é benevolente com os que cometem crimes, em especial os chamados de colarinho branco. Lentidão que só não acontece quando na capa do processo aparece o nome de Luiz Inácio Lula da Silva, como recorrente. Não é ministros Toffoli, Gilmar, Lewandowski e Alexandre de Moraes? Enfim, todos os ministros, sem exceção, pois participam, logo aprovam, o privilégio revoltante. Para Lula, tudo é possível, sessões extras são convocadas e realizadas, recursos são pautados rapidamente, na tentativa insustentável de irritar a liberdade da "prisão" em Curitiba. Prisão entre aspas, pois ele ocupa uma suíte, com banheiro, TV, computador etc. etc., em uma repartição policial federal daquela cidade. Um

conforto só para ele. O Justiça injusta!

A Polícia Federal continua a investigar irregularidades milionárias que teriam sido praticadas quando Fernando Pimentel era ministro do governo de Dilma Rousseff, e depois governador de Minas. Apesar é preciso e se com provas a falcatruas, punir com o rigor da lei. Afinal, ele deixou Minas Gerais em situação falimentar. Impunidade, senhores magistrados, nunca mais.

Poquenos prédios construídos sem técnica, sem aprovação do município, continuam a desabar e a matar incensíveis. Acontece mais um dia 12 passado, no Rio de Janeiro. Por que os fiscais municipais não fiscalizam, punindo com a demolição os que usam a clandestinidade dos puxadinhos para ganhar dinheiro fácil?

E não apenas lá, mas aqui, na nossa BH também. Basta dar uma passada na Taja Gabaglia, perto de áreas faveladas. Ou naquela rua imunda, coberta de lixo amontado em lotes vagos, entre a Avenida Amazonas e o Parque da Colina. Até escadarias precárias invadem as calçadas.

A nova Previdência só será realidade no fim do ano, ou no princípio de 2020. A demora ultrapassou o previsto dos mais pessimistas. Entregue em fevereiro, por Bolsonaro, ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia prometeu encaminhá-la ao Senado em três meses. Só agora, seis meses depois, ela chegou lá. Aprovada, afinal, com aplausos indevidos pela "rapidez" da tramitação, começa a engatinhar no mesmo ritmo lento no Senado. Quem vier, verá.

Há alguns meses, critiquei a quantidade excessiva, mais de 80, de diretores, superintendentes e gerentes da Cemig, todos regimento remunerados, com gabinetes luxuosos, carros, motoristas, assessores, secretárias à vontade. Além de verbas para viagens, alimentação, saúde etc. Procurei alertar o então novo presidente, Cledivino Belini, um bom administrador, sobre excessos que ergolam todos os recursos da antigamente poderoso e saudável empresa. Estou lendo no EM que muitos cortes já foram feitos naquele batalhão de comandantes. Ainda bem. Bem, curtos tópicos para uma curta semana.

S/A ESTADO DE MINAS
FUNDADA EM 7 DE MARÇO DE 1928
DIÁRIOS ASSOCIADOS
A vida com mais conteúdo
SEDE: Avenida Celso Vargas, 291 - Funcionários, Belo Horizonte - MG - Cep 30172-020
TELEFONE GERAL: (31) 3263-5000
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIÁRIOS
REPRESENTANTES EXCLUSIVOS:
SUCURSAL SÃO PAULO: Rómulo Rogério Espinosa de Lima, nº 732/766 - 08800 - Ruy Humberto Torres, Prátorio: Rómulo Torres, 506 Rua - CEP 04043-000 - Av. Ipiranga, 1119 - 01133-022 - São Paulo - SP
SUCURSAL RIO DE JANEIRO: Ruy Humberto Torres, 506 Rua - CEP 20064-200 - Tel: (21) 2269-7945 - Fax: (21) 2263-2005 - E-mail: sucursal@dnj.com.br

TELEFONES DE APOIO
Belo Horizonte: (31) 3263-5330
Estrada: (31) 5264-5328
Campus: (31) 3263-5344
Palácio: (31) 3263-5325
Econômica e Apoio Jurídico: (31) 3263-5303
Espírito: (31) 3263-5313
Internacional: (31) 3263-5301
Quilômetro: (31) 3263-5373
Cultura - TV - Povo e Distrito: (31) 5264-5328
Regeneração: (31) 3263-5314
Turismo: (31) 3263-5333
Informática: (31) 3263-5360
Vem: (31) 3263-5078
New Way, Car e Negócios e Oportunidades: (31) 3263-5342
Fornecedores e Mercado: (31) 3263-5360
WhatsApp: (31) 99508-4155

SERVÍCIO DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE
Belo Horizonte: (31) 3263-5000
Centro Comercial: 0800 093 5005
DISTRIBUIDOR DE ASSINATURAS INTERIOR
0800 281 5062
SERVIÇO DE ATENDIMENTO AVENIDA AREÍAS
Capital e Entorno: (31) 3263-5100
Interior de Minas: (0800) 093 5062
Núcleo - Grupos: (31) 3263-3961
DEPARTAMENTO DE EMBARRAÇÃO
DF 2024-5442
CORRESPONDENTE COMERCIAL:
DF 2024-5442
DF 2024-5001 e DF 2024-5224
AGÊNCIAS:
O ESTADO DE MINAS trabalha com as seguintes agências de notícias:
Agência de Notícias O Dia, Agência Folha, Folha Press e Brasília.

ASSINE ANUNCIE
Belo Horizonte: (31) 3263 5800
Outras Localidades: 0800 031 5005
Publicidade: (31) 3263-5501/5197
Classificados: (31) 3228-2000
TABELA DE PREÇOS
www.etrn.br
Anúncio para pesquisa e venda de comércio: R\$ 100,00 por dia (até 10 dias) - R\$ 200,00 por dia (de 11 a 20 dias) - R\$ 300,00 por dia (de 21 a 30 dias) - R\$ 400,00 por dia (de 31 a 40 dias) - R\$ 500,00 por dia (de 41 a 50 dias) - R\$ 600,00 por dia (de 51 a 60 dias) - R\$ 700,00 por dia (de 61 a 70 dias) - R\$ 800,00 por dia (de 71 a 80 dias) - R\$ 900,00 por dia (de 81 a 90 dias) - R\$ 1000,00 por dia (de 91 a 100 dias)
E-mail: comercial@dnj.com.br
Site: www.etrn.com.br